



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 118

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE AGOSTO DE 1998

ANO XXIV

## *Mesa Diretora*

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**

3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**

4ª Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**

5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

Governo ..... Deputado Valdir Rossoni  
PFL..... Deputado Plauto Miró  
PTB..... Deputado Valdir Rossoni  
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti  
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi  
PT ..... Deputado Péricles H. de Mello  
PDT ..... Deputado Edgar Bueno  
PL ..... Deputado Horácio Rodrigues  
PSN..... Deputado Emerson Nerone  
PSDB.....

## *Representação Partidária*

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 38ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
25 DE AGOSTO DE 1998**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, , Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Pércles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni, e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 202/98, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que institui do Dia do Agente Penitenciário a ser comemorado no dia 13 de novembro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 202/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído no calendário dos eventos paranaenses o Dia do Agente Penitenciário, a ser comemorado no dia 13 de novembro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.08.98.  
(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
RENATO ADUR - Relator

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 240/98, de autoria do Tribunal de Contas, que regulamenta as Disposições do Art. 78 da Constituição Estadual (Tribunal de Contas). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 240/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O vencimento básico do pessoal efetivo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná passa a ser o vigente da Tabela constante do Anexo II da presente lei.

§ 1º - O enquadramento dos servidores ativos e inativos fica definido no Anexo I da presente lei.

§ 2º - Fica assegurada aos servidores ativos e inativos a percepção de remuneração ou proventos, observando o princípio da irredutibilidade.

Art. 2º - O vencimento básico, aplicável à remuneração ou proventos de aposentadoria, fixado na forma do Anexo II, absorve e incorpora a gratificação concedida pela Resolução nº 6923/86-TC, de 10 de julho de 1986, bem como quaisquer gratificações que estejam sendo percebidas em desacordo com a legislação vigente, não sendo admitida a postulação administrativa ou judicial que objetive sua reaplicação.

Art. 3º - O reenquadramento dos atuais servidores pertencentes aos Grupos Ocupacionais III, IV e V, observada a equivalência com suas respectivas remunerações ou proventos atuais, será procedido mediante ato do Presidente do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único - Na reclassificação de que trata este artigo será observada a correlação anteriormente existente entre nível/referência, no que couber, respeitadas as atuais distribuições de carreiras do nível 2 para nível G.

Art. 4º - O servidor somente poderá ter promoção ou progressão em sua carreira, ao nível subsequente, desde que atinja a última referência do nível em que se encontrar.

Parágrafo Único - Fica vedada a concessão de qualquer promoção ou progressão, durante o prazo de um ano, contado a partir da vigência desta lei.

Art. 5º - A gratificação pelo cumprimento do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva incidirá sobre o valor do vencimento básico.

Art. 6º - Os valores dos vencimentos fixados nesta lei serão corrigidos automaticamente de acordo com os reajustamentos do funcionalismo público estadual até a data de sua entrada em vigor.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) CÉSAR SELEME

Presidente e Relator

-----

**ANEXO I**  
**DESLOCAMENTO NA CARREIRA**  
**CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**  
**GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE ASSESSORIA DE NÍVEL SUPERIOR**

	INICIAL	FINAL
Analista de Sistemas	E1	G11
Assessor de Engenharia	E1	G11
Assessor Jurídico	E1	G11
Bibliotecário	D1	F10
Técnico de Controle Administrativo	E1	G11
Técnico de Controle Contábil	E1	G11
Técnico de Controle Econômico	E1	G11
Médico	D1	F10
Odontólogo	D1	F10
Psicólogo	D1	F10
Revisor Assistente	D1	F10

**GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO**

	INICIAL	FINAL
Auxiliar Administrativo	A1	C6
Auxiliar de Controle	A9	D2
Datilógrafo	A5	C10
Motorista	A1	C1
Oficial de Controle	B1	D9
Programador de Computador	B1	D6
Taquígrafo	D1	F5

ANEXO II  
**CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NÍVEIS DE VENCIMENTO**

	A	B	C	D	E	F	G
01	560.00	656.61	769.88	902.69	1.058.40	1.240,93	1.454.96
02	568.16	666.17	781.10	915.84	1.073.82	1.259.01	1.473.04
03	576.44	675.88	792.48	929.19	1.089.47	1.277.36	1.491.38
04	584.84	685.73	804.03	942.73	1.105.34	1.295.97	1.509.99
05	593.36	695.72	815.74	956.47	1.121.44	1.314.85	1.528.87
06	602.01	705.86	827.63	970.41	1.137.78	1.334.01	1.548.03
07	610.78	716.15	839.69	984.55	1.154.36	1.353.44	1.567.47
08	619.69	726.59	851.93	998.90	1.171.18	1.373.16	1.587.19
09	628.72	737.18	864.35	1.013.45	1.188.24	1.393.17	1.607.19
10	637.88	747.92	876.94	1.028.22	1.205.55	1.413.47	1.627.49
11	647.17	758.82	889.72	1.043.21	1.223.11	1.434.06	1.648.08

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 330/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que prorroga os efeitos da Lei nº 11.800, de 10 de julho de 1997, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
 PROJETO DE LEI Nº 330/98  
 A Assembléia Legislativa do  
 Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O § 1º do art. 38, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - Será de 1% (um por cento) ao mês ou fração o percentual de juros de mora:

a) até 180 (cento e oitenta) dias da data em que expirar o prazo de pagamento, desde que o crédito tributário correspondente seja pago ou parcelado;

b) relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.”

Art. 2º - Aos créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até a data da publicação da presente lei, objeto ou não de execução fiscal, desde que pagos ou parcela-

dos até 26 de fevereiro de 1999, aplicar-se-á juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo Único - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 3º - O disposto nesta lei não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
RENATO ADUR - Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que agrega o imóvel denominado Fazenda Mucambo ao Parque Ecológico de Guartelá no Município de Tibagi, conforme especifica COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104, de 03.08.98).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 287/98

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo agregar o imóvel denominado Fazenda Mocambo ao Parque Ecológico de Guartelá, no Município de Tibagi, ampliando a área deste.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
DÚLIO GENARI - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre serviços de transporte intermunicipais de passageiros, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **(Publ. no DA nº 108, de 10.08.98).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 304/98

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury visa dispor sobre Serviços de Transporte Intermunicipais de Passageiros.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

##### **Aprovado.**

#### O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem)

Senhor Presidente e Senhores Deputados, os itens já votados, 287, o 304/98, o 336/98 e o item 07, 337/98, são projetos de lei protocolados como o 330, protocolados nesta Casa, outros protocolados esse mês.

Portanto, sem condição de uma análise mais profunda sobre o seu mérito e sobre a sua constitucionalidade.

Acho lamentável que esta Casa vote projetos com esse teor, como o Conselho Penitenciário do Paraná, sem uma discussão em profundidade.

Sinceramente, eu me sinto impedido de votá-los uma vez que não houve tempo nem para ser lido, quanto mais discutido. Essa minha exposição diz respeito a um protesto desse Deputado em relação como estão sendo tramitados esses projetos que relacionei na pauta dessa sessão.

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Será considerado o protesto de Vossa Excelência.

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/98, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que institui o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. COM PARECER DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 113, de 18.08.98).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 336/98

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, tem por objetivo instituir o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(a) JOEL COIMBRA  
Presidente e Relator

**ITEM 07**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/98, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues que altera o § 1º do art. 10, da Lei nº 7051 (CRE) COM PARECER DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 113, de 18.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 337/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, tem por objetivo alterar a Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, no tocante ao CRE.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(a) JOEL COIMBRA  
Presidente e Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº s 287, 304, 336 e 337/98.

Levanta-se a sessão.